


“1984”: A REPRESENTAÇÃO FICCIONAL DE UM ESTADO TOTALITÁRIO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-074>

Data de submissão: 07/12/2024

Data de publicação: 07/01/2025

Saulo Barreto Lima Fernandes

Graduado em Ciências Sociais (UEMA), Mestre em Letras (Bolsista/UEMA).
Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: sauloblfg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3747-1138>

Douglas Rodrigues de Sousa

Doutor em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB)
Graduado em Letras Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Especialista em Ensino
de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa pela Universidade
Regional do Cariri (URCA). Mestre em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal do
Piauí e Doutor em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Em 2017-2019
realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É professor do

Departamento de Letras do CESP/UEMA e do Mestrado em Letras da UEMA. Tem livros
organizados, bem como capítulos em livros, nacionais e artigos em periódicos eletrônicos. Coordena
projetos de pesquisa, extensão e orientação níveis de iniciação científica e stricto sensu. Foi bolsista
de Desenvolvimento Científico Regional C, CNPq.

E-mail: doug.rsousa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3109-8074>

RESUMO

Este artigo apresenta como objetivo principal demonstrar como o escritor britânico George Orwell, através de sua principal obra “1984”, concebia e se posicionava contra todo e qualquer tipo de anomalia política e social que colocasse em risco a liberdade humana no século XX. A literatura orwelliana abrange os mais diversos gêneros no campo da prosa. Ensaios, resenhas, crônicas, cartas, diários, ficção. Em praticamente todos eles fica patente uma forte crítica social de seu tempo. Assim como em “1894”, a maioria dessas produções o autor acaba abordando o assunto que parece ser o cerne de toda a problemática apresentada, o combate ao totalitarismo e de como governos como esses submetem, aos seus povos, graves violações aos direitos fundamentais humanos.

Palavras-chave: George Orwell. “1984”. Totalitarismo. Literatura.

1 INTRODUÇÃO

Nos escritos dispersos de G. Orwell, muitas das vezes, embora tratando-se de outro tema como a literatura (seu campo de atuação intelectual), o termo “totalitarismo” sempre esteve presente ao longo de muitos de muitas de suas produções intelectuais. Neste ensaio a seguir de título “Por que escrevo” o escritor britânico, como homem de seu tempo, deixa transparecer seu maior desígnio para com a literatura: “[...] Cada linha dos trabalhos sérios que escrevi desde 1936 foi escrita, direta ou indiretamente, *contra* o totalitarismo e *pela* democracia socialista, do jeito que a compreendo [...]” (Orwell, 2021b, p. 22).

Assim Orwell não se exime em ratificar seu maior temor. Em seu artigo “A prevenção da literatura” reafirma:

[...] A história das sociedades totalitárias, ou de grupos que adotaram a perspectiva totalitária, sugere que a perda da liberdade é, ainda assim, inimiga de todas as formas de literatura. A literatura alemã quase desapareceu durante o regime de Hitler e a situação na Itália não era muito melhor. A literatura russa, tanto quanto se pode julgar pelas traduções, deteriorou-se acentuadamente desde os primeiros dias da Revolução, e os versos parecem melhores que a prosa [...] (Orwell, 2021b, p. 41-42).

Assim Orwell se deu conta de que essa forma nefasta de governar não está restrita a uma certa localidade e nem muito menos correlacionada somente a um tempo histórico. A preocupação orwelliana dessa manifestação sair do *status* de “local” para se tornar “global”, num mundo onde não se fala exclusivamente em “globalização”, mas, agora também em “globalismo”. Cada vez mais nações estão buscando se agrupar em blocos, e a tendência da população ser governada sob as diretrizes impostas por um comando único se torna mais concreta.

Ainda no artigo “Literatura e totalitarismo”, fica patente o seu receio diante dessa forma de governar tomar o mundo por inteiro. Ao longo de todo escrito faz questão de correlacionar a literatura pela qual muitos se expressam e encontram a verdade diante da ameaça premente que se avizinha. Segundo ele, o totalitarismo ao atingir a marca de “escala global” certamente atingiria de morte os livros, o pensamento humano e por conseguinte os indivíduos em seus direitos fundamentais adquiridos, fazendo questão de deixar assim o seu alerta:

Como digo, tomamos esta noção como certa e, no entanto, assim que a colocamos em palavras, nos damos conta de como a literatura é ameaçada. Pois esta a era do Estado totalitário, que não permite e provavelmente não pode permitir ao indivíduo nenhuma liberdade, seja ela qual for. Quando se menciona o totalitarismo, pensa-se imediatamente na Alemanha, na Rússia, na Itália, mas eu acho que se deve enfrentar o risco de que este fenômeno venha a ser mundial. [...] Se o totalitarismo se tornar mundial e permanente, o que temos conhecido como literatura deve chegar ao fim. E não servirá – como pode parecer plausível no início – dizer que o que chegará ao fim é apenas a literatura da Europa pós-

renascentista. Creio que a literatura de todo tipo, desde o poema épico até o ensaio crítico, é ameaçada pela tentativa do estado moderno de controlar a vida emocional do indivíduo (Orwell, 2021d, p. 24-25).

De fato, a “censura” e o “patrulhamento ideológico” tem dado um certo espaço para adoção de uma espécie de sucessivos “revisionismos históricos”. Com o avanço das redes sociais, livros e autores estão sendo sumariamente “cancelados” não só por pessoas, mas, também por algoritmos impulsionados pelo desenvolvimento da presente Inteligência Artificial (I.A.). Dessa forma depreendemos como Orwell entendeu que a literatura é uma das melhores formas de lutar contra ideias como essas, daí toda a sua obra confluir nesse sentido seja no campo ficcional, diarístico, jornalístico ou ensaístico. Assim a literatura no sentido orwelliano passa e deve ser utilizada como “antídoto” para combater o “vírus” destruidor do totalitarismo. “Quem sente o valor da literatura, quem vê o papel central que ela desempenha no desenvolvimento da história humana, deve também ver a necessidade de vida e morte de resistir ao totalitarismo, seja ele imposto a nós de fora ou de dentro” arrematou (Orwell, 2021d, p. 27). Uma dessas formas mais conhecidas de combater essa ameaça por parte de Orwell e que lhe alçou ao posto de clássico fica por conta do romance distópico “1984” que teve sua primeira edição em 1949. Certamente a sua obra mais conhecida onde fica patente, num futuro nada promissor, os males que um governo totalitário pode impingir aos seus cidadãos.

2 “1984”: A LITERATURA CONTRA O TOTALITARISMO

Sem dúvidas a sua obra com maior impacto, mais conhecida e que tem suscitado o maior número de debate, seja no meio político ou acadêmico, trata-se de “1984”. Ao que tudo indica essa foi a narrativa escolhida por Orwell para denunciar os males decorrentes de um sistema totalitário. Como era de se esperar não foi muito bem recebida por alguns países e sofreu com a censura. Sua “onipresença” chega a ponto de, muitas das vezes, certos comentadores políticos citarem, trechos ou elementos desse romance sem necessariamente conhecerem seu autor nem em qual obra a referência está inserida. A repercussão do livro já rendeu edições variadas sobretudo nessa década haja vista sua obra ter entrado em domínio público em 2021. Isso por que não foi mencionado quanto das traduções para as variadas línguas e das adaptações para os outros tipos de artes como os quadrinhos, animação, cinema, teatro, música. Todo esse êxito, decerto, em grande parte por conta do tema central tratado, sem falar do talento estilístico peculiar a forma de escrita do autor em questão. Sobre ela disse o crítico literário estadunidense Irving Howe (2019, p. 400): “Nenhum outro livro conseguiu expor de maneira tão completa a característica essencial do totalitarismo. O escopo de *1984* [...] simplesmente evoca o ‘tom’ da vida numa sociedade totalitária [...]”.

O

livro em si é dividido em três partes e subdividido em capítulos com variações numéricas entre 6, 8 e 10. Em linhas gerais, a história sugere um futuro não muito distante, na qual a base da sociedade retratada está totalmente relegada a total dominação. Em outras palavras um cenário distópico, onde estão presentes vários mecanismos sociais de dominação para manutenção de um estado totalitário. O cenário é de uma desesperança inconsolável. Seus mais personagens mais se assemelham a “zumbis”, “mortos-vivos”, “escravos” com um mínimo de direitos de liberdade individual e de pensamento. Numa visão mais ampla, o mundo está dividido e polarizado em três grandes blocos políticos ao qual ele denomina de “superestados”. São eles: Oceania, Eurásia e Lestásia. Esse aglomerado de países estão em constante tensão geopolítica diante seus conflitos travados, muito similar ao que foi vivido na recente Guerra Fria, onde o mundo pós 2ª guerra ficou em pavoroso por conta da iminente guerra nuclear travada entre os EUA e a URSS.

A atmosfera estrategicamente implantada pelo Partido Socing, sobretudo através das “teletelas” nos personagens é que eles podem entrar numa “guerra quente”, a qualquer instante, afinal consoante afirma o lema do Partido – “guerra é paz”: “[...] quando a Oceania estava em guerra com uma dessas potências [Eurásia ou Lestásia], em geral estava em paz com a outra” (Orwell, 2021a, p. 157). O ente máximo estatal que cuidava dessa questão era o órgão com o curioso nome de Ministério “da Paz”. Aqui vale fazer menção a ironia orwelliana em sugerir ministérios fictícios sendo que, na realidade, sua intenção implícita é justamente promover o oposto ao qual supostamente aquele ente “defende”. Além desse, haviam outros três ministérios semelhantes – o Ministério “do Amor”, o Ministério “da Verdade” e ainda o Ministério “da Fartura” – cada um empenhado em encobrir a realidade ao qual supostamente defendem.

A divisão do mundo em três grandes superestados foi um acontecimento que poderia ter sido previsto, e de fato o foi, antes de meados do século 20. Com a absorção da Europa pela Rússia e do Império Britânico pelos Estados Unidos, duas das três potências existentes, a Eurásia e a Oceania, passaram a existir efetivamente. A terceira, a Lestásia, só surgiu como unidade distinta depois de mais uma década de batalhas confusas. Em alguns lugares, as fronteiras entre os três superestados são arbitrárias, e em outros flutuam de acordo com os ventos da guerra, mas em geral seguem demarcações geográficas. A Eurásia compreende o todo da região norte das terras europeia e asiática, de Portugal ao Estreito de Bering. A Oceania compreende as Américas, as ilhas do Atlântico, incluindo as Ilhas Britânicas, a Australásia e a porção sul da África. A Lestásia, menor do que as outras e com uma fronteira ocidental menos definida, compreende a China e os países ao sul, as ilhas do Japão e uma grande e variável parte da Manchúria, da Mongólia e do Tibet (Orwell, 2021a, p. 333).

Esse fenômeno – sobretudo para os estudiosos – não está muito distante da realidade alcançando estágios mais avançados nas próximas décadas. Chefes de nações estão em constante contato costurando acordos internacionalmente buscando aliados para formarem blocos. Cada vez

mais essa composição global se afasta da ficção com chances se tornar real. A instituição ONU – Organização das Nações Unidas criada pós 2ª grande guerra parece ser a maior expoente desse fenômeno. Para o sociólogo Zygmunt Bauman (1999, p. 7): “[...] Para todos, porém, ‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo ‘globalizados’ – e isso significa basicamente o mesmo para todos”. Organizado com exércitos sob um único governo superrelativizando uma possível guerra mundial em proporções inimagináveis haja vista o acúmulo de ogivas nucleares por muitos desses ajuntamento de nações, por assim dizer.

O superestado escolhido para servir de cenário na história é na Oceania onde politicamente o poder se concentra nas mãos de um único partido, o Socing (Socialismo Inglês), que por sua vez, tem seu representante máximo concentrado nas mãos do “Grande Irmão”. No decorrer da história percebe-se como utiliza-se da propaganda do partido para incitar o personalismo através culto exacerbado da sua própria imagem associado a uma espécie de constante vigilância a ponto de existir cartazes espalhados por toda a cidade com dizeres do tipo: “O Grande Irmão está observando você” (Orwell, 2021a, p. 145). Por conta da semelhança de temperamento e até física muitos chegam a remeter sua figura a de Hitler ou Stálin. Uma semelhanças que une o trio é que todos eles concentravam em seu controle os partidos. O primeiro, com o partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e o segundo no Partido Comunista da recém implantada União Soviética. Partidos únicos ou tendenciosos a hegemonia não são anomalias exclusivas do século passado. Atualmente os exemplos mais emblemáticos fica por conta do Partido Comunista Chinês (P.C.C.) e do Partido dos Trabalhadores da Coreia (P.T.C.) na Coreia do Norte.

Essa formatação monopartidária numa sociedade democrática com pluralidade de ideias não deixa de ser temerária. O Brasil, pelo menos nesse aspecto se encontra bem distante desse risco, pois segundo dados internacionais é considerado um dos países com maior número de agremiações partidárias. Contudo, nem sempre esse fenômeno denota algo positivo, muito pelo contrário, atualmente já existem movimentos políticos no sentido de desencorajar a criação de mais partidos. Já os EUA, por sua vez, reduziu seu número de partido para dois: Democratas (progressistas) e Republicanos (conservadores). Sendo dois, poucos ou mais partidos o perigo maior reside é na figura dos Partidos únicos. Sobre esta questão em específico Jorge Miranda (2019, p. 165) em seu artigo “Os partidos políticos no regime democrático” é preciso em destacar: “[...] os regimes antiliberais afastam o pluralismo político e os partidos de vocação totalitária, quando alcançam o governo, destroem todos os outros. A ideia de partido único aparece com o partido comunista soviético, obra de Lenine desde

1917, e é transplantado, com outras inspirações, para a Itália fascista nos anos 20 e a Alemanha nacional-socialista nos anos 30”.

Um dos males decorrentes de um fenômeno como esse está intrinsecamente ligado ao totalitarismo. Isso fica bem evidente, quando O’Brien membro de alto escalão do Partido é escolhido para se infiltrar como amigo do protagonista no sentido de investigar suas supostas “atividades subversivas”. Na história em análise, cabe a O’Brien revelar, sem meias palavras, os objetivos reais do Partido ao qual ele serve, e sob o qual todos os outros estão submetidos.

[...] o Partido quer o poder exclusivamente para seu próprio bem. Não estamos interessados no bem dos outros; estamos interessados só no poder. Não em riqueza, em luxo, em uma vida longa ou na felicidade: só no poder, no puro poder. Agora você vai entender o que significa puro poder. Nós somos diferentes de todas as oligarquias do passado, porque sabemos o que fazemos. Todos os outros, mesmo aqueles que se pareciam conosco, eram covardes e hipócritas. Os nazistas alemães e os comunistas russos chegaram muito perto de nós em seus métodos, mas nunca tiveram a coragem de reconhecer seus próprios motivos. Fingiam, talvez até acreditassem, que tinham assumido o poder a contragosto e por um tempo limitado, e que bastava virar a esquina para chegar a um paraíso onde os seres humanos poderiam ser livres e iguais. Nós não somos assim. Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de abdicar dele. *O poder não é um meio, é um fim.* Não se estabelece uma ditadura para salvar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. *O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo de tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. Agora você começa a me entender?* (Orwell, 2021a, p. 415-416, grifos nossos).

O uso da expressão “puro poder” por O’Brien é excruciante. Fica claro que a essência do Partido coaduna em com os principais ditames de um estado totalitário. A intenção explícita do partido nas suas palavras revelam seus únicos objetivos da elite política – a locupletamento do estado e a manutenção desse *status quo* a qualquer custo. A figura do partido único é só uma das estratégias para consolidação desse poder. No sentido de ganhar adesão e de manter entretidos seus súditos, há a necessidade de criar um ambiente de medo, que por sua vez é personificado numa figura inimiga que pode colocar em risco a soberania de seu país.

Que tem seu opositor, a antítese de seu ódio concentrado figura de Emmanuel Goldstein a quem era dedicado o chamado “Dois Minutos de Ódio”, uma espécie de exercício obrigatório de intolerância com o oposto por parte da população em face do maior inimigo do soberano líder, e consequentemente inimigos de seus súditos. Darem a própria vida de irem para a guerra defender a nação e o grande líder. “[...] Goldstein era o renegado e apóstata que muito tempo atrás (ninguém se lembrava exatamente quando) fora uma das principais figuras do Partido, quase do mesmo nível do próprio Grande Irmão, mas que depois se envolveu em atividades contrarrevolucionárias, foi condenado à morte, conseguiu escapar misteriosamente e desapareceu [...]” (Orwell, 2021a, p. 155). A ele era concentrado todo o ódio, como uma forma de demover a atenção do que realmente estava

acontecendo, além de justificar constante caráter bélico mediante do perigo da ameaça externa constante.

O Ódio atingiu seu clímax. A voz de Goldstein se tornara um verdadeiro balido de ovelha e de repente o rosto se transformou no de uma ovelha. Logo depois o focinho da ovelha assumiu a figura de um soldado eurasiático que parecia estar avançando, enorme e terrível, a submetralhadora rugindo e parecendo sair da tela, fazendo algumas das pessoas na primeira fila realmente se encolherem nas cadeiras. Porém, no mesmo instante, provocando em todos um profundo suspiro de alívio, a figura hostil se fundiu com o rosto do Grande Irmão, de cabelos negros, bigode preto, cheio de poder e de uma misteriosa calma, tão vasto que quase preenchia a tela. Ninguém ouviu o que o Grande Irmão estava dizendo. Eram apenas algumas palavras de encorajamento, como palavras pronunciadas no clamor da batalha, individualmente indistintas, mas restaurando a confiança pelo fato de serem ditas. Em seguida, o rosto do Grande Irmão se desfez novamente, dando lugar aos três *slogans* do Partido, destacados em letras maiúsculas: GUERRA É PAZ, LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, IGNORANCIA É FORÇA (Orwell, 2021a, p. 159).

A ideia do inimigo externo sempre foi e ainda é uma forma eficiente de atrair a atenção dos incautos para algo que não convinha. A exemplo disso não é raro ver tiranetes do oriente médio vociferando e incitando ódio aos EUA culpando-o por todos os males sofridos. Esse direcionamento não se restringe a nações. Eles podem vir carregados de um caráter étnico, racial, religioso, ideológico, etc. Para o pesquisador Pedro Estevam A. P. Serrano (2020, p. 208-209) em seu artigo “Autoritarismo líquido e as novas modalidades de prática de exceção no século XXI” destaca: “Na ditadura nazista, a suspensão de direitos com base na declaração de Estado de exceção foi utilizada para o combate ao inimigo judeu e ao comunista; na fascista, para o combate ao inimigo ‘burguês’ e ao socialista e comunista; na ditadura franquista, para o combate ao inimigo comunista e ao ateu; nas ditaduras militares da América Latina, incluído o caso brasileiro, em plena Guerra Fria, para perseguição do inimigo comunista”.

A ideia de “aniquilação” mental do homem aos poucos e “por dentro”, tornandoos facilmente manipuláveis e submissos está impregnada na atmosfera de toda narrativa. Esse estado de torpor e prostração não é só percebida no protagonista Winston Smith, mas bem como em todos aqueles que circundavam seu entorno. Todos vivem em constante vigilância de forma diuturna não só pelas telas, mas pelos agentes de repressão como a Polícia de Pensamento, inclusive, os infiltrados. Utilizava de maneira eficiente todos seus mecanismos de dominação. Embora já presentes alguns elementos de manutenção do totalitarismo. Esses três elementos a saber: a adoção da chamada “Novilíngua”, indução ao “duplispensamento” e a “reescrita” da história resumiam a forma de atuação desse estado totalitário em questão.

Orwell, por sua vez, trata de classificar como “princípios sagrados” do Partido no afã de torná-lo numa

instituição perpétua, tal como o megalomaniaco Hitler que um dia sonhou para seu *Reich* um governo com duração de um milênio de existência.

Na rua, o vento balançava o cartaz rasgado de um lado para outro, fazendo a palavra *socing* aparecer e desaparecer intermitentemente. *Socing*. Os princípios sagrados do *Socing*. *Novilíngua, duplipensar, a mutabilidade do passado*. Winston se sentia como que vagando pelas florestas do fundo do mar, perdido em um mundo monstruoso em que ele próprio era o monstro. Sozinho. O passado estava morto, o futuro era inimaginável. Que certeza poderia ter de que uma única criatura humana viva estaria agora do seu lado? E como saber que o domínio do Partido não duraria *para sempre*? Como resposta, os três *slogans* da fachada branca do Ministério da Verdade voltaram à sua cabeça: GUERRA É PAZ, LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, IGNORÂNCIA É FORÇA (Orwell, 2021a, p. 170, grifo nosso).

Como relação ao primeiro quesito “*Novilíngua*” demonstra o quão importante é criar uma “imagem de mundo” através das novas palavras criadas pelo Partido própria preconizada pela ideologia do partido e que deveria ser seguida indistintamente por seus concidadãos. Havia até um dicionário específico já com várias atualizações e reedições para esse fim. “As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos” (Fiorin, 1998, p. 33). Importante elemento para construção das próprias narrativas e discursos moldados a manutenção do poder.

Essa questão da linguagem associadas ou não a questão do totalitarismo, figurava como uma preocupação recorrente pessoal de Orwell. Em seu ensaio “A Política e a Língua Inglesa” destaca seu cuidado para com a língua e a linguagem: “[...] Nossa civilização está em decadência, e nossa língua – assim diz o argumento deve inevitavelmente compartilhar do colapso geral. [...] Agora, é claro que o declínio da língua deve em última análise ter causas políticas e econômicas: não é devido simplesmente à má influência deste ou daquele escritor individual” (Orwell, 2021c, p. 146). Destaca que a deterioração da língua ao contrário do que possa parecer tem como maior alçó a política e não do “mau uso” que uma ou outra pessoa que faz uso equivocado dela seja na forma falada ou escrita.

Os filósofos idealistas sempre afirmaram que a linguagem cria uma imagem do mundo. Que querem dizer esses filósofos com essa afirmação? A linguagem contém uma visão de mundo, que determina nossa maneira de perceber e conceber a realidade, e impõe-nos essa visão. A linguagem é como um molde, que ordena o caos, que é a realidade em si. Como a linguagem dá forma a esse caos, determinando o que é uma coisa, um acontecimento etc., cria uma imagem ordenada do mundo. *Cada língua ordena o mundo à sua maneira*. Assim, por exemplo, o português categoriza como duas cores distintas o verde e o azul, enquanto o japonês considera-as matizes de uma só cor, designando-as por *aoi*. Isso não significa que os japoneses não percebam a diferença real que existe entre o verde e o azul, mas que tais diferenças são colocadas na categoria dos matizes de uma mesma cor. Os exemplos poderiam ser multiplicados (Fiorin, 1998, p. 52, grifo nosso).

Outros acréscimos bastante caros a essa questão especificamente fica por conta das considerações do intelectual contemporâneo Umberto Eco (2019). A seguir o pensador italiano – cujo qual faremos melhor uso mais a frente – se referindo especificamente a obra analisada, elenca outras intenções perniciosas que uma prática como essa podem acarretar, quais sejam: empobrecer a língua ao passo que isso redundaria no “atrofiamento” da capacidade cognitiva humana, além de alertar a forma sutil sob as quais estão inseridas tais modificações.

O *Ur-Fascismo* fala a “novilíngua”. A “*novilíngua*” foi inventada por Orwell em 1984, como língua oficial do Ingsoc, o Socialismo Inglês, mas certos elementos de Ur-Fascismo são comuns a diversas formas de ditadura. Todos os textos escolares nazistas ou fascistas baseavam-se em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico. Devemos, porém estar prontos a identificar outras formas de novilíngua, mesmo quando tomam a forma inocente de um *talk-show* popular (Eco, 2019, p. 58-59).

Dessa forma fica evidente como a análise acima coaduna com a proposta da obra aqui analisada pois, segundo Orwell em os “Princípios da Novilíngua” ela: “não foi elaborada para aumentar, mas para *restringir* o alcance do pensamento, e esse propósito era ajudado indiretamente reduzindo-se ao mínimo a escolha de palavras” (Orwell, 2021a, p. 453, grifo original). Esses princípios estão dispostos ao final da obra como apêndice. Um pouco antes já havia acrescentado: “O propósito da novilíngua não era apenas prover um meio de expressão da visão de mundo e dos hábitos mentais apropriados aos adeptos ao Socing, mas tornar todos os outros modos de pensamento impossíveis” (Orwell, 2021a, p. 452).

Assim chega-se ao segundo aspecto e que está intimamente interligado ao primeiro que diz respeito ao chamado “duplispensamento”. Esse estratagema baseia-se em provocar, através da corrupção da linguagem, numa espécie de incoerência mental em tomar como coerentes ideias conflitantes que se chocam e que hoje que é denominada no meio acadêmico como Dissonância Cognitiva. Esta, por sua vez, tem seu conceito elaborado pelo psicólogo Leon Festinger (1975, p. 21, grifo original), que em seu livro “Teoria da Dissonância Cognitiva” (1957) destacou:

A definição de dissonância ignorará a existência de todos os outros elementos cognitivos que são relevantes para um ou outro ou para ambos os considerados e ocupar-se-á simplesmente desses dois. *Esses dois elementos estão em relação dissonante se, considerados isoladamente, o inverso de um elemento decorrer do outro.* Dito um pouco mais formalmente, se x e y são dissonantes se não-x decorrer de y. Assim, por exemplo, se uma pessoa soubesse que só havia amigos em sua vizinhança e também se sentisse com medo, existiria uma relação dissonante entre esses dois elementos cognitivos. Ou, para dar outro exemplo, se uma pessoa já estivesse endividada e também comprasse um novo automóvel, os elementos cognitivos correspondentes seriam dissonantes entre si. A dissonância existiria por causa do que a pessoa tinha aprendido ou das expectativas que passa a alimentar, por causa do que é considerado usual ou apropriado, ou por muitas outras razões.

Isso fica patente no próprio lema do partido quando propõe transformar palavras “antônimas” em “sinônimos”. “Sua mente [de Winston] divagou para o mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência da veracidade total contando mentiras cuidadosamente elaboradas, ter duas opiniões que se anulam ao mesmo tempo, sabendo serem contraditórias e acreditar em ambas, usar a lógica contra a lógica, repudiar e pregar a moralidade simultaneamente [...]” (Orwell, 2021a, p. 179). O “Duplipensar” tem seus fundamentos escritos no livro em tom planfetério chamado “Teoria e prática do Coletivismo Oligarca” supostamente de autoria atribuída a Emmanuel Goldstein. Grande parte desse documento está transcrito em “1984”. Uma obra, que apesar de estritamente proibida, mas que de alguma forma Smith manteve contato não só lendo mas tomando nota e refletindo sobre. Na verdade tratava-se só mais uma peça de propaganda criada pelo Ministério da Verdade, como que numa espécie de “Protocolos dos Sábios de Sião” (1903), na intenção de criminalizar perante a opinião pública uma ideologia incompatível com o poder vigente. A obediência diante da proibição em ler tal livro como que numa espécie de controle mental, figurava também como um teste de passividade e alienação capaz de auferir o grau de dominação que se encontram nível de domesticação populacional, nesse caso em questão, em altíssimo patamar.

Duplipensar significa o poder de manter duas verdades contraditórias ao mesmo tempo e aceitar as duas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas lembranças devem ser alteradas e, portanto, sabe que está fazendo truques com a realidade; mas, pelo exercício do *duplipensar*, ele também se convence de que a realidade não foi violada. O processo tem de ser consciente, ou não seria conduzido com a precisão necessária, mas também precisa ser inconsciente, para não suscitar um sentimento de falsidade e, portanto, de dúvida. *Duplipensar* está no próprio cerne do Socing, pois a ação essencial do Partido é usar a ilusão consciente e ao mesmo tempo manter a firmeza de propósito implicada na honestidade total. Mentir intencionalmente e acreditar firmemente nessas mentiras, esquecer qualquer fato que tenha se tornado inconveniente e depois, quando se tornar mais uma vez necessário, extrair-lo do esquecimento pelo tempo necessário, negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo levar em conta a realidade sendo negada – tudo isso é indispensavelmente necessário. Mesmo para usar a palavra *duplipensar* é preciso exercer o *duplipensar*, pois para usar a palavra é necessário admitir estar adulterando a realidade; mas um novo ato de *duplipensar* apaga esse conhecimento; e assim por diante indefinidamente, com a mentira sempre um passo à frente da verdade. Em última análise, é por meio do *duplipensar* que o Partido tem sido capaz – e, até onde sabemos, pode continuar fazendo isso por milhares de anos – de deter o curso da história (Orwell, 2021a, p. 363364).

Não atentar as objeções que o Partido preconizava era tipificado como um “crimepensamento”, passível de detenção e em alguns casos extremos a “vaporização”, que em sentido direto, se daria não só a eliminação física da pessoa mas de todos os seus registros pregressos como nem sequer um dia houvesse existido. Para tanto para não incorrer nesse grave crime e ter sua vida preservada Winston Smith:

Começou a se exercitar em crimeparar. Apresentou a si mesmo algumas proposições. “O Partido diz que a Terra é plana”, “o Partido diz que o gelo é mais pesado do que a água”, e treinou-se para não ver ou não entender os argumentos que as contradiziam. Não era fácil. Exigia grande capacidade de raciocínio e improvisação. Os problemas aritméticos levantados, por exemplo, por uma declaração como ‘dois mais dois são cinco’ estavam além de sua compreensão intelectual. Também exigia uma espécie de ginástica mental, a capacidade de em um momento fazer o uso mais delicado da lógica e, no seguinte, não se conscientizar dos erros lógicos mais grosseiros. A burrice era tão necessária quanto a inteligência, e igualmente difícil de alcançar (Orwell, 2021a, p. 431).

Por fim chegamos ao terceiro e último quesito não menos grave que é a adulteração da história e controle do passado como uma forma de alienação e eliminação de toda e qualquer memória que lançasse luz ou confrontasse o que se passa no presente. “[...] Toda a história era um palimpsesto, limpo e reinscrito exatamente com a frequência necessária. Uma vez reescrito, era impossível provar a ocorrência de qualquer falsificação [...]” (Orwell, 2021a, p. 185). Toda a história e passado eram sistemicamente adulterados no sentido de embasar a “nova ordem” instalada. Toda e qualquer coisa que ameaçasse o *status quo* vigente era sumariamente “negacionado”.

Atingia não só uma vertente ou outra, mas como um todo inclusive a própria organização urbana e arquitetura nesse caso: “Não se podia aprender história baseado na arquitetura, assim como não se podia aprender nos livros. Estátuas, inscrições, lápides memoriais, nomes de ruas – qualquer coisa que pudesse lançar alguma luz sobre o passado tinha sido sistematicamente alterado” (Orwell, 2021a, p. 242). Tudo passava pelo setor da censura ficando ao encargo do chamado Ministério da Verdade decidir o que era ou não lançado no “buraco da memória”. Nada mais que um sistema oficializado que seria capaz de perpetrar aquilo que é o mesmo que o sinônimo de negacionismo, em outras palavras, revisionismo histórico:

A alteração do passado é necessária por duas razões, uma das quais é subsidiária e, por assim dizer, preventiva. A razão subsidiária é que o membro do Partido, assim como o proletário, tolera as condições dos dias de hoje em parte por não ter padrões de comparação. Ele precisa ser isolado do passado, assim como precisa ser isolado de países estrangeiros, pois precisa acreditar que está melhor que seus antepassados, e que o nível médio de conforto material está sempre aumentando. Mas, de longe, a razão mais importante para o reajustamento do passado é a necessidade de salvaguardar a infalibilidade do Partido. Não basta que discursos, estatísticas e documentos de todos os tipos sejam constantemente atualizados para mostrar que as previsões do Partido estavam corretas em todos os casos. É preciso também não admitir jamais qualquer mudança na sua doutrina ou seu alinhamento político. Porque mudar de ideia, ou até mesmo de política, é uma confissão de fraqueza. Se, por exemplo, a Eurásia ou a Lestásia (seja qual for) for o inimigo de hoje, então o país deve ter estado sempre em guerra com o inimigo. E se os fatos disserem o contrário, os fatos precisam ser alterados. Dessa forma, a história está sendo continuamente reescrita. Essa falsificação cotidiana do passado, exercida pelo Ministério da Verdade, é tão necessária para a estabilidade do regime como o trabalho de repressão e espionagem exercido pelo Ministério do Amor (Orwell, 2021a, p. 362).

Enzo Traverso (2021, p. 178) entende que essa é uma questão que está muito além de ser caracterizado somente como um problema meramente historiográfico. Sobretudo para o pesquisador italiano o “[...] ‘revisãoismo’ é também um fenômeno político profundamente relacionado a atitudes e declarações que transcendem as fronteiras acadêmicas e colocam em questão a relação de nossas sociedades com seu passado.” Seu nascedouro nas práticas políticas, levam a dedução de que os detentores de poder seriam os maiores interessados em reescrever a história de acordo com suas inclinações ideológicas, criando uma espécie de eliminação de todo e qualquer pensamento divergente aos seus. Sob esse argumento, segundo os pesquisadores Marcos Napolitano e Mary Anne Junqueira (2019, p. 2), reconhecendo a complexidade que o termo carrega propõe para melhor entendimento do assunto subdividi-los em dois:

O revisionismo é, por outro lado, um conceito mais complexo. Dois tipos de revisionismo são identificáveis: o historiográfico e o ideológico. O primeiro deles reconhece o legítimo e necessário trabalho da historiografia. Já o revisionismo ideológico reúne autores politicamente interessados em manipular dados e desvirtuar fatos em nome de interesses específicos dados *a priori*. Como afirmou Deborah Lipstadt, no livro *Negação*, os historiadores têm o direito de interpretar os fatos, mas eles não podem conscientemente deturpar fatos. O holocausto judeu é fato consumado, assim como outros fatos relativos à história brasileira: os portugueses estiveram na África para praticar o tráfico de escravos, as populações indígenas foram massacradas ao longo da história brasileira, a tortura foi utilizada durante a ditadura militar. Negar tais fatos, é negar evidências, é o mesmo que afirmar que a Terra não é arredondada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, analisados, portanto os três elementos “Novilíngua”, “duplipensar” e a “mutabilidade do passado” escolhidos no sentido de somar esforços para que o Partido Socing possa manter seu poder, resume bem em qual o propósito que repousa a obra “1984”. Esses alertas consoantes aqueles que se arvoram como “donos do passado” se assenhorando do que deve ou não passar e/ou permanecer na memória coletiva, infelizmente, tem encontrado eco de forma pulverizada em algumas partes do mundo na realidade. Por isso é preciso ficar atento ao que bem pontuou, em seu livro “História e memória”, o historiador Jacques Le Goff (1990, p. 427, grifo nosso): “[...] Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se *senhores da memória* e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva [...]”.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999.

ECO, Umberto O fascismo eterno. Tradução de Eliana Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FESTINGER, Leon. Teoria da Dissonância Cognitiva. Tradução de Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

HOW, Irving. “1984: A história como pesadelo”. In: ORWELL, George. 1984. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MIRANDA, Jorge. “Os partidos políticos no regime democrático”. In: Revista Populus. Escola Judiciária Eleitoral - nº 7, 2019.2. Salvador: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2019.

NAPOLITANO, M.; JUNQUEIRA, M. A. “Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos.” In: Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça. Evento científico do Departamento de História da FFLCH / USP – Universidade de São Paulo. 7 a 9 maio, 2019.

ORWELL, George. A revolução dos bichos: 1984. Tradução de Willians Glauber, Claudio Carina, Sonia Carvalho. Porto Alegre: CDG, 2021a.

ORWELL, George. A literatura, os escritores e o Leviatã. Tradução de Jorge Bastos Cruz. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021b. (Coleção Biblioteca Diamante).

ORWELL, George. Dentro da baleia e outros ensaios. Tradução de Karla Lima. Jandira, SP: Principis, 2021c.

ORWELL, George. Fascismo e democracia. Tradução de Alexandre Pires Vieira. São Paulo: Montecristo Editora, 2021d.

SERRANO, Pedro E. A. P. “Autoritarismo líquido e as novas modalidades de prática de exceção no século XXI”. In: THEMIS: Revista da ESMEC / Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Fortaleza. v. 18, n.1, 2020.

TRAVERSO, Enzo. As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita. Tradução de Mônica Fernandes, Rafael Mello, Raphael Lana Seabra. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.